



Expresso

31-08-2013

Periodicidade: Semanal

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 131300

Temática: Política

Dimensão: 174

Imagem: N/Cor

Página (s): 32

**Editorial** O Ocidente leva tempo a decidir. Em parte é o preço da procura de decisões legais e consensuais – e essa é a razão boa. A má é a falta de coragem para se assumir

## A fragilidade que importa manter

As arrepiantes imagens que chegam da Síria, com sucessivos massacres de inocentes e a utilização de armas químicas, não podem deixar ninguém indiferente. O horror está às portas de Damasco. E não é de agora: passou um ano, a 21 de agosto, desde que Obama se referiu à célebre linha vermelha que não permitiria que fosse ultrapassada.

Passaram muitos dias, com muitos inocentes mortos. O Ocidente foi incapaz de reagir, de falar a uma só voz e a ONU não conseguiu definir limites para a sua passividade. Percebe-se mal que assim tenha sido. Mais de um ano de conversações e de ameaças que não levaram a nada.

Esta incapacidade é, no entanto, sinal de uma sociedade tolerante, de um mundo onde se discute e reflete, onde há ideias antagónicas, onde os totalitarismos não impõem regras. Neste mundo cabem os que querem avançar de imediato para a Síria, os que receiam as reacções e um eventual impasse no pós-intervenção e ainda os que exigem mais certezas sobre os crimes de guerra antes de assestar baterias de mísseis e de pôr *drones* no ar.

O mais curioso foi verificar que as diferenças de opinião sobre a estratégia a adotar — nomeadamente acerca da necessidade de atuar a coberto de uma resolução da ONU, de o fazer só após serem conhecidos os resultados do relatório dos inspetores e de se ensaiarem novas negociações — verificaram-se dentro de cada um dos países, com as instâncias parlamentares a acalmarem o “vamos a eles” de alguns líderes.

Este mundo sem ditadores obriga a que as decisões sejam debatidas. Mas isso não é um defeito — é um motivo de orgulho. Defeito é deixar arrastar os problemas.

## Constituição em causa

Os vários chumbos do Tribunal Constitucional parecem provar que a nossa lei fundamental é incompatível com a receita de Passos Coelho para combater a crise. No que à requalificação da função pública diz respeito, parece difícil duvidar da justeza da decisão dos magistrados dada a expressividade das votações e o facto de também o Presidente da República — além da oposição — criticarem o diploma. Resta ao Governo aprender a compreender a Constituição ou bater-se por uma revisão — ambição que, de resto, Passos Coelho trazia quando assumiu a liderança do PSD.